



# **Declaração dos Riscos Orçamentais**

## **Cabo Verde**

*A Comissão de Coordenação de Gestão de Riscos Orçamentais tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar e acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados (Resolução nº75/2022).*

Secretariado da Comissão de Gestão de Riscos Orçamentais

MFFE - agosto 2022

# Índice

Índice de Quadros e Gráficos .....	4
Enquadramento.....	4
A. Introdução .....	8
B. Riscos Orçamentais .....	15
B1. Riscos Macroeconómicos.....	16
B2. Risco associado ao Serviço da Dívida.....	16
B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado .....	18
B4. Riscos decorrentes das Alterações Climáticas e Catástrofes Naturais .....	21
B5. Outros Riscos.....	22
C. Principais Medidas de Mitigação dos Riscos.....	23
D. Conclusão.....	25

## Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - World Risk Index - Cabo Verde .....	6
Quadro 2 – Ranking da Dívida Mundial – Cabo Verde Top 10 .....	9
Quadro 3 – Ratings Cabo Verde da agência S&P e Fitch .....	10
Quadro 4 - Top 5 risks - Cabo Verde.....	12
Quadro 5 – Análise de sensibilidade para variação do PIB .....	16
Quadro 6 – Dinâmica do stock do passivo contingente por empresas do SEE, de 2019 a 2021 (em m ECV e %) .....	18
Quadro 7 – Indicadores de endividamento/Solvabilidade do SEE (%) .....	19
Quadro 8 - Stock de Garantias e Avals em 31 de março de 2022 (em milhões de CVE) .....	20
Quadro 9 - Principais Medições de Riscos Climáticos e Desastres em Cabo Verde .....	21
Gráfico 1 – Características da dívida .....	17
Gráfico 2 - Evolução da Dívida da Administração Central em % do PIB.....	17
Figura 1 – Rating Cabo Verde.....	11

## Enquadramento

Cabo Verde assumiu o compromisso político de cumprir com as metas da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, conseqüentemente, a redução dos riscos que o País ainda enfrenta, em decorrência, nomeadamente, das

suas vulnerabilidades geográfica, ambiental, económica e financeira, bem como ao nível dos custos de insularidade do País.

O programa do governo preconiza o reforço das capacidades institucionais, nomeadamente, ao nível do Sistema Nacional Planeamento, Orçamentação e Contabilidade Pública que sejam conducentes a uma maior transparência orçamental e consubstanciam um recurso estratégico que permita a Boa Governação na implementação, monitoramento e avaliação da Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável e por consequência das metas nacionais dos ODS.

Em 2030, Cabo Verde tem como objetivo integrar o grupo dos 10 países do mundo com melhor posição em matéria de transparência, bem como, integrar o grupo dos 10 países do mundo mais avançados em matéria de qualidade e transparência das despesas públicas, garantindo pelo menos 90% de execução das despesas primárias correntes do Orçamento do Estado e que pelo menos 70% das despesas sejam cobertas pelas receitas fiscais.

Atualmente, Cabo Verde é o 2º País mais transparente em África e o 4º da região ao nível de Boa Governação e o 1º a nível de Governança Pública e gestão dos fundos do Banco Mundial - Relatório de Avaliação Política Institucional (CPIA) em África – 2019.

Um dos maiores desafios do País, identificados no último exercício PEFA - *Public Expenditure and Financial Accountability* – (Despesa Pública e Responsabilidade Financeira) é o da consolidação orçamental para conter as vulnerabilidades macroeconómicas, tendo em conta a imperatividade da contenção da despesa corrente, a mobilização de receitas endógenas, a melhoria de gestão dos investimentos públicos e o fortalecimento do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Cabo Verde experimenta, igualmente, cheias/inundações, secas, terramotos, e erupções vulcânicas, e isso também cria passivos contingentes para as Finanças Públicas. O prejuízo económico médio oriundo desses quatro tipos de desastres naturais foi estimado, pela avaliação feita pelo Banco Mundial, em 18 milhões USD (1% do PIB) por ano, a maioria relacionada às cheias e enchentes. As mudanças

climáticas devem aumentar ainda mais os riscos de perdas e os prejuízos, acrescidos dos elevados custos de insularidade existentes, pela condição arquipelágica do País.

Nos termos do Decreto Lei nº59/2028 de 16 de novembro, foi criado o Fundo Nacional de Emergência (FNE) que visa financiar ações, atividades e meios que contribuam para o reforço da prontidão operacional das autoridades nacionais na iminência de catástrofes e ações de resposta, incluindo socorro, assistência humanitária e reposição da normalidade das condições de vida nas áreas afetadas por esses eventos.

Em 2021, o país foi classificado pelo *World Risk Index* (Índice Mundial de Risco) do Institute of Spatial and Regional Planning (IREUS), como o 36º país com maior risco dos 181 países avaliados. O País é o 15º do grupo de SIDS ao nível de vulnerabilidades geográfica, ambiental, económica & financeira (*Multidimensional Vulnerability Index*).

**Quadro 1 - World Risk Index - Cabo Verde**

ID Posição	36
NOME	Cabo Verde
Exposição	20,26
Ranking de Exposição	25
Suscetibilidade	32,86
Ranking Suscetibilidade	61
Vulnerabilidade	50,19
Ranking Vulnerabilidade	76
Capacidade de Resposta	70,54
Ranking de Capacidade de Resposta	95
Capacidade de Adaptação	47,18
Ranking de Capacidade de Adaptação	71
Índice Risco Mundial 2015	10,17
Ranking Índice Risco Mundial 2015	36

**Fonte:** <https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=03197c5589234a4b8ec044ac83261cbf&extent=-180,-83.0688,180,83.0688>

<https://www.ireus.uni-stuttgart.de/en/International/WorldRiskIndex/#tabs-3>

A adoção da Estratégia Nacional de Redução do Risco e de Desastres, pela via do desenvolvimento de políticas e ações de prevenção e respostas aos riscos financeiros, económicos, contingenciais e os decorrentes dos eventuais desastres climáticos, físicos, pandémicos e endémicos, é uma prioridade da Agenda do Desenvolvimento do País.

É nesses termos que o Governo pauta por uma gestão prudente das Finanças Públicas, que devem estar orientadas para a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo. Esses objetivos só serão alcançados através duma gestão que assegure um quadro fiscal, que consiga gerir prudentemente os recursos públicos, limitar os riscos fiscais e manter uma trajetória de dívida sustentável.

**A Declaração de Riscos Orçamentais (DRO)** sugere uma diversidade de fontes de riscos associados às projeções do PIB, inflação, oscilações da taxa de câmbio, receita do Estado, despesa, endividamento, dívida pública, operações das empresas públicas, detidas ou participadas pelo governo, que requeiram subsídios ou garantias do governo e outras formas de passivos contingentes e riscos institucionais.

A DRO é um documento que mostra o nível de exposição do país às referidas fontes de risco, bem como as medidas a serem tomadas para garantir a sustentabilidade e a resiliência das Finanças Públicas a estes fenómenos (Resolução nº 75/2022).

Especificamente, a Declaração do Risco Orçamental destaca os seguintes riscos:

- A vulnerabilidade do País aos desastres naturais e a volatilidade do preço das matérias-primas, que representam riscos de degradação ao crescimento económico e à arrecadação de receitas;
- Um choque na taxa de câmbio terá impacto (i) no montante do serviço da dívida; (ii) nos termos de troca; (iii) na inflação; e (iv) potencialmente nos balanços das empresas públicas, caso haja uma diferença cambial entre ativos e passivos;
- As alterações nas taxas de juro são suscetíveis de terem impacto no serviço da dívida, no crescimento da carteira de dívida não concessional;
- O decréscimo maior do que o esperado de donativos dos parceiros de desenvolvimento colocaria pressões significativas no défice orçamental; e
- Um aumento dos passivos das empresas públicas e participadas do Estado pode constituir um risco de passivos contingentes.

Ao longo dos próximos anos, pretende-se criar as capacidades de análise e melhorar a metodologia de elaboração da DRO, alargar a sua cobertura e melhorar a qualidade e quantidade da análise de dados apresentados.

Para o efeito o Governo, recentemente, criou a Comissão de Coordenação de Gestão dos Riscos Orçamentais que tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar, acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados.

Em última análise, o objetivo da DRO é apresentar uma perspetiva global dos riscos que se colocam à posição orçamental do governo e contribuir para a formulação das políticas e planos de ação necessários.

## **A. Introdução**

1. A experiência comparada internacional sugere que a análise dos riscos orçamentais é benéfica para a economia, as Finanças Públicas e o desenvolvimento. Promove respostas mais precoces e suaves de política, aumenta a transparência da posição financeira do governo, reforça a responsabilização e melhora a qualidade da tomada de decisões governamentais. De uma perspetiva internacional, a transparência orçamental está associada a um melhor ranking de títulos soberanos e a um



maior acesso aos mercados internacionais de capitais, tendo ainda sido demonstrado que promove maior investimento direto estrangeiro e competitividade do País.

2. A tendência da maior divulgação dos riscos orçamentais é crescente e constitui um elemento intrínseco da boa gestão das Finanças Públicas.
3. Segundo o relatório do FMI sobre a Dívida Pública Mundial, Cabo Verde está entre os dez maiores ao nível da Dívida Pública. O País é o quarto ao nível de sustentabilidade da Dívida na região africana. A perspetiva estável de *ratings* do país (B -) reflete o seu elevado endividamento público e externo, grandes passivos contingentes soberanos e a elevada dependência que a economia apresenta em face ao setor do turismo.

***Quadro 2 – Ranking da Dívida Mundial – Cabo Verde Top 10***

Rank	Country	Debt-to-GDP (2021)
#1	Japan	257%
#2	Sudan	210%
#3	Greece	207%
#4	Eritrea	175%
#5	Cape Verde	161%
#6	Italy	155%
#7	Suriname	141%
#8	Barbados	138%
#9	Singapore	138%
#10	Maldives	137%

Fonte: FMI: The state of World's Debt

**Quadro 3 – Ratings Cabo Verde da agência S&P e Fitch**

Data	Classificação (Perspetiva)	Data	Classificação (Perspetiva)
2020-04-17	B- (Estável)	2021-02-19	B- (Estável)
2019-12-13	B	2020-08-28	(Negativa)
2019-06-14	B	2017-05-05	( Estável )
2018-12-14	B	2016-10-07	( Estável )
2018-07-06	B (Estável)	2016-04-08	(Negativa)
2018-01-19	B (Estável)	2013-12-13	B ( Estável )
2017-07-21	B (Estável)		
2017-01-27	B (Estável)		
2016-07-29	B (Estável)		
2016-07-22	B (Estável)		
2016-01-29	B (Estável)		
2015-08-28	B		

Fitchratings

S&P

Fonte: <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/cabo-verde-11-08-2022>

4. A perspectiva estável de Cabo Verde, no Relatório de Fitch Ratings de 11 de agosto de 2022 reflete o seu moderado serviço de juros da dívida pública, maturidades médias muito longas e fortes indicadores de governação em relação aos pares.
5. O endividamento público e externo muito elevado, os grandes passivos contingentes soberanos e a elevada dependência da economia do turismo condicionam o *rating*.

6. A inflação restringe o crescimento: a Fitch Ratings prevê um crescimento de 3,5% em 2022 e 4,5% em 2023, uma vez que o atual ambiente inflacionário global reduz o consumo das famílias e resulta em uma conta de importação mais alta para o país. A Fitch espera uma melhora acentuada no setor de turismo, mas que permaneça abaixo dos níveis pré-pandemia da covid-19.
7. Défice Fiscal -aumento das necessidades de financiamento: a Fitch prevê uma redução do déficit fiscal para 6,6% do PIB em 2022, de 7,6% em 2021, refletindo principalmente uma melhora na receita fiscal em meio à recuperação do turismo.
8. As necessidades brutas de financiamento aumentarão 4,2 p.p. para 16,3% do PIB, refletindo um aumento significativo das amortizações no valor de 9,0% do PIB (5,4% em 2021). Os gastos abaixo da linha atingirão 0,7% do PIB.

**Figura 1 – Rating Cabo Verde**

RATING ACTIONS				
ENTITY	RATING			PRIOR
Cabo Verde	LT IDR	B- ●	Affirmed	B- ●
	ST IDR	B	Affirmed	B
	LC LT IDR	B- ●	Affirmed	B- ●
	LC ST IDR	B	Affirmed	B
	Country Ceiling	B	Affirmed	B

Fonte: <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/cabo-verde-11-08-2022>

#### **SENSIBILIDADES DE CLASSIFICAÇÃO**

Fatores que podem, individual ou coletivamente, levar a uma ação/rebaixamento de rating negativo:

**-Finanças Públicas:** O aumento do financiamento fiscal restringe ou sinaliza que qualquer possível perdão da dívida pública ou exercício de reestruturação afetaria os passivos dos credores do setor privado.

**-Finanças Externas:** Erosão acentuada nas reservas cambiais devido, por exemplo, ao financiamento externo insuficiente para cobrir o déficit em conta corrente ou atrasos adicionais no retorno das receitas do turismo.

Fatores que podem, individual ou coletivamente, levar a uma ação/atualização de rating positiva:

**-Finanças Públicas:** Maior confiança na redução sustentada da relação dívida/PIB no médio prazo, por exemplo devido ao crescimento económico mais forte, consolidação fiscal e riscos reduzidos de passivos contingentes.

**-Macro:** uma melhoria significativa nas perspectivas de crescimento a médio prazo resultante, por exemplo, do aumento IDE e expansão do setor de turismo.

9. O Relatório de Risco Mundial 2022, do Fórum Económico Mundial, para Cabo Verde, destaca entre os Top 5 o impacto da dívida na economia.

*Quadro 4 - Top 5 risks - Cabo Verde*

#### Top Five Risks Identified by the Executive Opinion Survey

Economy	Risk 1	Risk 2	Risk 3	Risk 4	Risk 5
Cape Verde	Employment and livelihood crises	Prolonged economic stagnation	Human-made environmental damage	Debt crises in large economies	Biodiversity loss and ecosystem collapse Failure of cybersecurity measures

Fonte: Global Risk Report 2022

10. As avaliações recentemente efetuadas, pelo Banco Mundial e pelo FMI, fizeram recomendações no sentido da melhoria da gestão das Finanças Públicas e a mitigação do risco orçamental de Cabo Verde.

11. O FMI, a 15 de junho 2022, acordou com Cabo Verde a facilidade de crédito de US\$ 60 milhões com quatro objetivos principais que estão alinhados com o PEDS:

- a. fortalecer as Finanças Públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública e expandir as redes de segurança social;
- b. reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira e transparência;

- c. modernizar o quadro da política monetária e melhorar a resiliência do sistema financeiro;
- d. aumentar o potencial de crescimento e construir resiliência a choques por meio de reformas estruturais e diversificação económica.

12. A dívida pública, que vinha numa trajetória decrescente desde 2017, aumentou de forma acentuada para 142,7% do PIB em 2021, com necessidade de se fazer recurso a novos empréstimos externos concessionais e à emissão de títulos do tesouro para cobrir as necessidades de financiamento do orçamento do Estado.

13. O Cabo Verde Economic Update 2022 do Banco Mundial identifica que o risco de sobre-endividamento global de Cabo Verde permanece “elevado”, embora reconhecendo que a dívida externa e global permanece "sustentável".

14. O Cabo Verde Economic Update 2022 do Banco Mundial alerta para os impactos que o Setor Empresarial do Estado (SEE) pode ainda representar nas contas públicas e recomenda "*Políticas prudentes de endividamento e uma gestão reforçada da dívida, assim como medidas para melhorar o funcionamento do mercado de títulos públicos, são fundamentais para alcançar dinâmicas sustentáveis da dívida. Tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde a choques exógenos, progressos nas exportações e na diversificação da produção também são necessários para a sustentabilidade da dívida a longo prazo*", acrescenta o mesmo relatório.

15. O Governo continuará com o propósito de conjugar as políticas económicas que conduzam, a médio prazo, o stock da dívida em relação ao PIB ao nível igual ou inferior a 100%, e que manterão os riscos e custos associados ao endividamento adequados ao nível de sustentabilidade requerido pelos padrões internacionais.

16. Os riscos orçamentais são incertos por definição, mas a sua identificação e cuidadosa gestão é importante, já que podem ter consequências graves e

imprevisíveis na economia e nas Finanças Públicas. Cabo Verde está exposto a uma série de riscos potenciais que podem fazer com que os resultados orçamentais difiram das previsões. Entre esses riscos contam-se os choques macroeconómicos, relacionados com alterações inesperadas na taxa de crescimento económico, inflação, preço das matérias-primas, juntamente com choques das taxas de juro e cambial. Outros riscos resultam da materialização dos passivos contingentes, obrigações despoletadas por eventos incertos – é o caso da execução das garantias da dívida malsucedidas, apoio a empresas públicas em dificuldades ou desastres naturais.

17. Cabo Verde encontra-se ainda exposto a riscos institucionais que limitam a eficácia com que as Finanças Públicas são geridas – desafios na arrecadação de receitas do Estado ou realização de pagamentos atempados a fornecedores, por exemplo. Os riscos orçamentais podem resultar em aumentos de dívida acentuados e inesperados, maiores do que os défices orçamentais esperados, e na deterioração dos ativos do Estado. Essas consequências, por seu lado, prejudicam a sustentabilidade orçamental e a capacidade das instituições públicas de prestarem serviços públicos essenciais, e no progresso da implementação de projetos nacionais de desenvolvimento essenciais.
  
18. Embora Cabo Verde enfrente um leque crescente de riscos orçamentais devido à volatilidade dos preços no mercado internacional, esses não são, em geral, bem identificados, avaliados e divulgados. O país encontra-se a desenvolver enormes projetos de infraestruturação. O surgimento de mecanismos diversificados de parcerias entre o Estado e o setor privado tem contribuído para o aumento da exposição das finanças do Estado aos riscos. Esses estão direta e indiretamente associados a empresas públicas, PPPs e garantias públicas. Por outro lado, o país tem sido afetado regularmente por desastres naturais, especialmente secas e cheias. Para gerir esses riscos, e reforçar a transparência orçamental, foi criada no Ministério de Finanças e Fomento Empresarial (MFFE) uma comissão dedicada à gestão de risco

orçamental que, entre outras tarefas, irá fazer a análise dos riscos orçamentais, semestral e anualmente.

19. Nos capítulos seguintes serão abordadas as principais vulnerabilidades de Cabo Verde relativamente aos **riscos orçamentais** nas áreas seguintes:

- (i) riscos macroeconómicos;
- (ii) riscos específicos relacionados com a sustentabilidade da dívida pública;
- (iii) riscos em relação ao desenvolvimento e à supervisão financeira das empresas públicas e participadas do Estado;
- (iv) riscos associados a alterações climáticas e catástrofes naturais e outros riscos.

20. O presente documento, mais do que uma imposição legal, constitui um imperativo para a boa gestão das Finanças Públicas com vista ao reforço da sua resiliência e sustentabilidade a longo prazo. Assim, serão apresentados os riscos e identificadas medidas de mitigação que irão constar como anexo ao Relatório da Proposta do OE2023.

## **B. Riscos Orçamentais**

21. Os riscos orçamentais decorrem de diferentes fatores, sendo os mais relevantes decorrentes de fatores exógenos, não sendo, assim, possível evitá-los ou eliminá-los, pelo que devem ser identificados, de forma a se assegurar medidas e instrumentos de mitigação, principalmente, relativamente aos fatores exógenos como os decorrentes dos choques externos e das alterações climáticas.

22. Vivemos numa conjuntura cada vez mais dinâmica e incerta, não apenas pelas incertezas em relação à covid-19, mas também as causadas por interrupções adicionais na cadeia de suprimentos e redução no turismo global devido à crise na Ucrânia e suas consequências, traduzindo-se na

materialização de um risco geopolítico global com impactos imprevisíveis ao nível macroeconómico e social.

## B1. Riscos Macroeconómicos

23. Riscos macroeconómicos estão ligados às projeções do crescimento da produtividade e dos preços em Cabo Verde, em face ao potencial de crescimento da economia cabo-verdiana, bem como do contexto externo adversos, e os respetivos impactos ao nível: (i) do comportamento da receita fiscal (via consumo privado, inflação, emprego e remunerações); e (ii) dos principais rácios e indicadores por via do efeito do crescimento projetado para o PIB nominal, com destaque aos rácios de défice público, saldo primário em % do PIB e dívida pública em % do PIB.

Quadro 5 – Análise de sensibilidade para variação do PIB

Indicadores	Unidade	2023		Diferença
		Cenário Base	Cenário Risco	
<b>PIB</b>	Var. em %	4,8	3,3	-1,5 p.p.
<b>Inflação</b>	Var. em %	3,7	4,2	0,5 p.p.
<b>Câmbio (ECV/Dólar)</b>	Em CVE	109,9	115,6	5,7
<b>Impostos</b>	Milhões de CVE	43 273	41 941	-1 332
<b>Outras Receitas</b>	Milhões de CVE	10 904	10 012	-892
<b>Financiamento Interno</b>	Milhões de CVE	6 911	6 683	-228
<b>Dívida Pública</b>	% do PIB	139,7	141,7	2,0 p.p.
<b>Dívida Externa</b>	% do PIB	97,7	99,1	1,4 p.p.
<b>Dívida Interna</b>	% do PIB	42,0	42,5	0,5 p.p.

Fonte: DNP/MFFE

## B2. Risco associado ao Serviço da Dívida

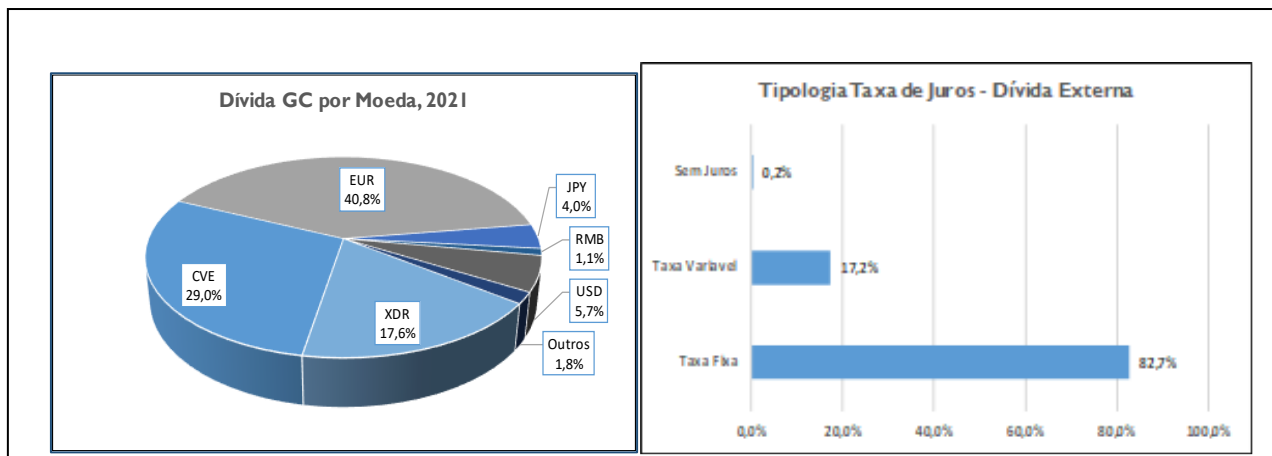
24. Vários são os riscos associado à dívida pública que podem impactar o seu valor no decorrer da execução do orçamento de 2023. Destaca-se os decorrentes de variáveis exógenas, como por exemplo, as flutuações cambiais as variações das taxas de juros e o risco do refinanciamento.

25. A dívida do Governo Central ela é equilibrada na sua composição de moedas com câmbios flutuantes e taxas de juros variáveis, todavia o ano de 2022



trouxe mais desafios ao nível económico e financeiro para o mundo e Cabo Verde em particular, pois às consequências da pandemia da covid-19 veio aliar-se mais uma crise provocada pela guerra na Ucrânia.

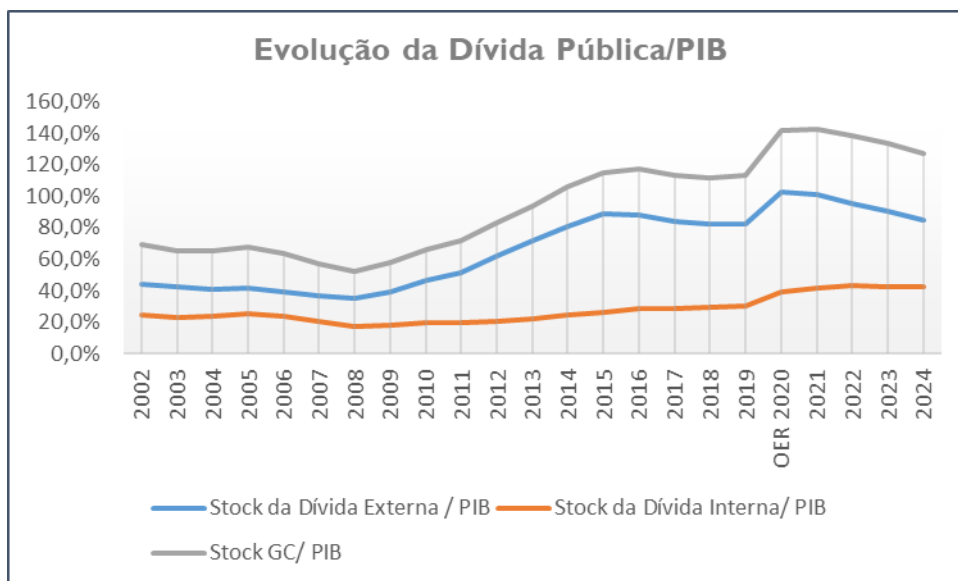
**Gráfico 1 – Características da dívida**



Fonte: SOF/DGT

26. A nova perspetiva financeira mundial mostra claramente uma tendência crescente das taxas de juros variáveis e uma valorização sem presidente do USD em relação ao CVE. Estas tendências, se continuarem, poderão impactar o serviço da dívida externa de forma negativa durante a execução do OE 2023 bem como o stock da dívida.

**Gráfico 2 - Evolução da Dívida da Administração Central em % do PIB**



Fonte: SOF/DGT

27. Os dados atuais mostram que a dívida continua elevada e acima dos parâmetros recomendados. O relatório do FMI sobre a Dívida Pública Mundial, coloca Cabo Verde entre os 10 maiores ao nível da Dívida Pública. A perspetiva estável de ratings do País (B -), reflete o seu elevado endividamento público e externo, grandes passivos contingentes soberanos, um motivo de preocupação considerando os riscos associados a sobre-endividamento de um país.

### B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado

28. Os riscos associados ao Setor Empresarial do Estado se viram agravados no contexto pandémico, conforme quadro que se segue.

Quadro 6 – Dinâmica do stock do passivo contingente por empresas do SEE, de 2019 a 2021 (em m ECV e %)

SOE	Estado	2019	YTY %	2020	YTY %	2021	YTY %
ENAPOR	100%	99 204	↑ 100%	79 969	↓ (19%)	57 957	↓ (28%)
ELECTRA	78%	4 845 483	↓ (2%)	4 800 798	↓ (1%)	4 765 198	↓ (1%)
TACV	90%	2 906 082	↓ (42%)	4 175 700	↑ 44%	5 826 183	↑ 40%
NEWCO	100%	4 194 744	↑ 0%	3 964 493	↓ (5%)	3 721 715	↓ (6%)
IFH	100%	1 532 439	↓ (49%)	1 082 028	↓ (29%)	1 248 385	↑ 15%
<b>Seis Principais SOE</b>		<b>13 577 952,44</b>	<b>↑ 4%</b>	<b>14 102 988</b>	<b>↑ 4%</b>	<b>15 619 437</b>	<b>↑ 11%</b>
SDTIBM	51%			343 846	↑ 0%	582 053	↑ 69%
AdS	49%	260 584	↓ (9%)	453 326	↑ 74%	774 418	↑ 71%
CVT	3%	1 233 125		1 233 125	↑ 0%	2 243 427	↑ 82%
RTC	100%					110 000	
NOSI	100%					51 037	
ICV	100%					202 296	
INCV	100%					54 712	
CERMI	100%	19 811	↑ 0%	18 153	↓ (8%)	16 336	↓ (10%)
<b>Total Stock SEE</b>		<b>15 091 472</b>	<b>↑ 13,1%</b>	<b>16 151 439</b>	<b>↑ 10%</b>	<b>19 653 716</b>	<b>↑ 22%</b>
% do PIB		7,73%	-	9,71%	-	10,93%	-
Var da % do PIB (p.p.)		0,5p.p.		2,4p.p.		-0,6p.p.	

FONTE | Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, UAASE

29. A evolução do passivo contingente das empresas pertencentes ao SEE no ano de 2021, conjugada com a dinâmica dos indicadores da estrutura do capital (rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade), poderá representar riscos tanto para as empresas como para o Estado.

30. Em 2021, o stock do passivo contingente alcançou 10,9% do PIB, correspondendo a cerca de 19 653 716 m CVE, representando uma variação de 22%. O stock do passivo contingente do SEE, quer pelo seu peso em face ao PIB como pela sua dinâmica relativa, constitui uma preocupação devido a eventualidade de, caso se verifique a degradação do nível e a materialização do risco de algumas empresas não poderem cumprir com os compromissos contratualizados, aumentar o *stock* da dívida pública.

**Quadro 7 – Indicadores de endividamento/Solvabilidade do SEE (%)**

Indicadores de Endividamento/ Solvabilidade	2019	2020	2021
---	------	------	------

<b>Endividamento Geral</b>	81,6	84,7	88,9
<b>Endividamento Corrente</b>	87,1	93	86,0
<b>Passivo/Capital Próprio</b>	444,2	555,4	806,3
<b>Passivo/Capital Próprio</b>	2 083,4	4 308,3	3311,0

Fonte: Relatório de Desempenho do Sector Empresarial do Estado (SEE) de Cabo Verde, UASE – MFFE.

31. O Banco Mundial, alerta para os impactos que o Setor Empresarial do Estado (SEE) pode representar nas contas públicas e recomenda "*Políticas prudentes de endividamento e uma gestão reforçada da dívida, assim como medidas para melhorar o funcionamento do mercado de títulos públicos, são fundamentais para alcançar dinâmicas sustentáveis da dívida. Tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde a choques exógenos, progressos nas exportações e na diversificação da produção também são necessários para a sustentabilidade da dívida a longo prazo*".

32. O risco para as seis maiores empresas do SEE que representam 79% do passivo contingente do setor, calculado com base na SOE Health Check Tool do FMI, demonstra que para 2022 é esperado a manutenção dos níveis da ELECTRA e TACV (risco muito elevado) e ENAPOR e IFH (risco elevado). Por outro lado, espera-se melhoria para a EMPROFAC, de risco elevado para risco moderado. Relativamente à ASA, apesar da perspetiva de melhoria dos indicadores económico-financeiros, perspetiva-se o aumento do nível do risco global esperado, por conta da dinâmica do rácio de liquidez corrente que passa do nível de risco moderado para risco muito elevado.

33. Riscos decorrentes dos passivos contingentes que, até 31 de março de 2022, representavam cerca de 12,0% do PIB projetado para o ano de 2023. Observa-se que essa responsabilidade se viu agravada na sequência das medidas de resposta à crise pandémica adotadas pelo governo.

**Quadro 8 - Stock de Garantias e Avals em 31 de março de 2022 (em milhões de CVE)**

BENEFICIÁRIOS	Stock da Dívida	% do Total
C. Municipal Porto Novo	69,6	0,3%
C. Municipal Santa Catarina	29,6	0,1%
C. Municipal São Vicente	187,0	0,8%
C. Municipal Paul	70,5	0,3%
C. Municipal São Miguel	7,7	0,0%
C. Municipal T. São Nicolau	15,3	0,1%
Águas de Santiago	756,1	3,1%
Electra	4 740,3	19,3%
Erapor	52,3	0,2%
IFH	1 048,7	4,3%
TACV	5 977,7	24,6%
CERMI	15,6	0,1%
SDTIBM	616,1	2,5%
NEWCO	3 659,0	15,1%
ICV	265,9	1,1%
INCV	54,7	0,2%
RTC	110,0	0,5%
NOSI	48,5	0,2%
AEB	238,0	1,0%
<b>Sector Público</b>	<b>17 962,7</b>	<b>74,1%</b>
Outros	3 201,5	13,2%
CV Telecom	2 243,4	9,2%
CV Inter-ilhas	517,8	2,1%
Elevo	200,0	0,8%
DECAMERON CV	44,6	0,2%
Tecnovia	86,9	0,4%
<b>Sector Privado</b>	<b>6 294,2</b>	<b>25,9%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24 256,9</b>	<b>100%</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Dívida Pública, do 1º trimestre de 2022, DGT-MFFE.

#### B4. Riscos decorrentes das Alterações Climáticas e Catástrofes Naturais

34. Para além de constituírem um forte desafio para a atividade económica, com destaque para a agricultura e a pesca, constituem um elevado risco orçamental, cuja materialidade tem-se verificado nos últimos anos, designadamente ao nível das secas prolongadas, erupções vulcânicas, chuvas fortes e inundações, ciclones e erosão costeira.
35. Os riscos orçamentais decorrentes das alterações climáticas e catástrofes naturais estão essencialmente ligados a dois fatores:
- (i) a curto prazo, o crescimento económico tende a contrair-se quando ocorre uma catástrofe, diminuindo assim a cobrança de receitas.
  - (ii) as despesas de emergência, bem como os esforços de recuperação e reconstrução pós-catástrofe, traduzem-se numa maior necessidade de intervenções públicas e, conseqüentemente, num incremento da dívida pública.

*Quadro 9 - Principais Medições de Riscos Climáticos e Desastres em Cabo Verde*

Tipo de Desastre	Prejuízo Anual em Milhões de USD (taxa de 2018)
Cheias/Inundações	13,4
Terramoto	1,0
Erupção Vulcânica	1,2
Seca	2,6
<b>Total</b>	<b>18,2</b>

Fonte: Cabo Verde *Disaster Risk Profile* (2019), Banco Mundial.

36. A Média de Prejuízo Anual (MPA) é o prejuízo esperado por ano, feito a média de vários anos. O risco é avaliado somente para erupções vulcânicas no Fogo, com a MPA calculada como os danos incorridos e prejuízos da erupção de 2015 – atualizada para 2018 – dividida pela frequência de erupções. Estimativas da MPA para secas corresponde a prejuízos de rendimentos agrícolas por conta de um episódio de seca em Cabo Verde.

## B5. Outros Riscos

37. Riscos das despesas públicas, com especial destaque para a saúde e pensões, que aliadas à problemática da rigidez da despesa *versus* redução do espaço das despesas de investimento têm vindo a aumentar decorrente das alterações demográficas, com destaque ao aumento da esperança de vida e o surgimento contínuo de novos meios de diagnóstico e tratamentos.

38. Riscos associados às decisões judiciais que venham a imputar ao Estado pagamento de indemnizações compensatórias ou outros encargos pecuniários, cujos dados ainda não se encontram disponíveis.

39. Constitui, ainda uma fonte de risco potencial os passivos/perigos ambientais decorrentes de atividades hoteleiras e industriais, mas cujos dados ainda não se encontram cabalmente disponíveis.

40. Do arrolamento dos riscos acima identificados, fez-se uma estimativa da quantificação global dos principais riscos, nomeadamente, riscos macroeconómicos, riscos associados ao setor empresarial do Estado, riscos inerentes às mudanças climáticas e catástrofes naturais e riscos associados à

dívida pública (garantias e avales, bem como alteração da taxa de câmbio), que é de cerca de 6.621 milhões de CVE.

## C. Principais Medidas de Mitigação dos Riscos

41. Elencam-se a seguir as principais medidas de mitigação dos riscos orçamentais:

- ✓ Promover a consolidação orçamental para conter as vulnerabilidades macroeconómicas, tendo em conta a imperatividade da contenção e a qualidade da despesa corrente, a mobilização de receitas endógenas, o alargamento da base tributária, a redução da economia informal, o fortalecimento do Setor Empresarial do Estado, a melhoria da qualidade da gestão dos investimentos públicos direcionados para atividades reprodutivas com maior inclusão e melhor equidade e maior mobilização do Investimento Direto Estrangeiro, visando a geração de um espaço orçamental que sirva de almofada para eventuais choques;
- ✓ Levar em conta os impactos das alterações demográficas nas políticas públicas, nomeadamente, fazer uma avaliação da adequação dos benefícios futuros atribuídos pelos regimes de pensões, de forma a assegurar uma adequada partilha de riscos e rendimentos entre gerações;
- ✓ Desenvolver o plano de atividade da Comissão de coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais (Resolução nº 75/ 2022 – a Comissão de coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais);
- ✓ Produzir os relatórios mensais e trimestrais de dívida com a inclusão das informações relativas ao setor público empresarial e dos municípios (Decreto – Regulamentar nº 40/2022 – estabelece os objetivos de endividamento e políticas de gestão da dívida);

- ✓ Operacionalizar a Comissão de Garantias (*fees*) concedidas pelo Estado e o plano de implementação do Fundo de Recuperação de Garantias (Despacho nº 96/ 2022 – operacionalização da comissão de garantia concedidas pelo Estado e Fundo de Recuperação das Garantias).
- ✓ Negociar novas modalidades de gestão da dívida externa, visando a redução do *stock* e do serviço da dívida através de financiamentos “concessionais”, provenientes de credores multilaterais e bilaterais, priorizando o euro nas contratações junto da Zona Euro e o USD nas contratações junto dos restantes credores, visando a diversificação da carteira da dívida bem como o endividamento interno através de emissões de títulos de curto, médio e longo prazos, respeitando sempre o máximo estabelecido pela lei do orçamento de cada ano.
- ✓ Redinamizar as reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos orçamentais e, conseqüentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo.
- ✓ Operacionalizar a coleta de dados sobre riscos ambientais e ações judiciais contra o Estado para melhor avaliar a dimensão do risco potencial.
- ✓ Avançar na elaboração de um quadro jurídico-institucional para melhor gerir os impactos orçamentais de desastres e riscos climáticos para planear as necessidades de liquidez que possam surgir na sequência de uma catástrofe natural, reforçando ao mesmo tempo a estabilidade das Finanças Públicas, mitigando assim os riscos orçamentais.
- ✓ Adotar uma estrutura para redução do risco de desastres, como sistemas de alerta precoce ou medidas preventivas para ajudar a reduzir os impactos das chuvas e inundações, conforme as ações e medidas identificadas na estratégia nacional para a redução de riscos de desastres.



- ✓ Definir uma estratégia de proteção financeira contra os riscos de desastres naturais e eventos associados às alterações climáticas, com o intuito de melhorar o planeamento das despesas relacionadas com situações de resposta a desastres.
- ✓ Rever e atualizar o manual de procedimentos do Fundo Nacional de Emergência por forma a torná-lo mais ágil e alinhar os seus processos operacionais com as reformas introduzidas na recente revisão dos seus estatutos.
- ✓ Operacionalizar o encontro de contas entre o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, as empresas públicas e as câmaras municipais.

## **D. Conclusão**

42. Cabo Verde enfrenta, um conjunto de riscos orçamentais, em decorrência das suas vulnerabilidades geográfica, ambiental, económica e financeira, bem como ao nível dos custos de insularidade do País.
43. As medidas de mitigação dos riscos supramencionadas devem ser implementadas prudencialmente no sentido de redução do endividamento e uma gestão reforçada da dívida pública, assim como alcançar dinâmicas sustentáveis da dívida.
44. No futuro, à medida que a análise dos riscos orçamentais se reforça, as Declarações de Riscos Orçamentais e os relatórios respetivos aprofundarão as medidas que o Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MEFE) e outros ministérios e departamentos tomarão para mitigar os riscos orçamentais, e para minimizar o seu impacto caso venham a materializar-se.
45. Na medida em que o Mundo vem enfrentando os vários choques globais consecutivos, nomeadamente, as crises financeiras, energéticas, climáticas, ambientais e sociais, o País deverá redobrar as suas ações reformadoras e

não perder de vista as ações críticas e necessárias para se garantir a resiliência e sustentabilidade a longo prazo.

46. As reformas só poderão ser bem-sucedidas se feitas em alinhamento estratégico, cooperação institucional, coordenação operacional a nível intersectorial, multidisciplinar e de forma sustentável, por várias entidades públicas implicadas no processo de gestão das Finanças Públicas e na Agenda do Desenvolvimento.

47. Cabo Verde contará com o apoio de parceiros de desenvolvimento, nomeadamente do Banco Mundial.